

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

**IV SEAD - SEMINÁRIO DE ESTUDOS EM ANÁLISE DO DISCURSO**  
**1969-2009: Memória e história na/da Análise do Discurso**

**Porto Alegre, de 10 a 13 de novembro de 2009**

**A LÍNGUA NA GRAMÁTICA DE ROCHA LIMA**

Marcia Ione Surdi  
[misurdi@unochapeco.edu.br](mailto:misurdi@unochapeco.edu.br)

Mestranda em Letras  
Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)/ Universidade Comunitária Regional de Chapecó  
(Unochapecó)

*Introdução*

A ideia de que a língua não se constitui como um objeto homogêneo e sim como um conjunto em que tem lugar a diversidade/variedade/heterogeneidade, não causa maior estranhamento àqueles que tomam a língua e suas materialidades como objeto de estudo e análise.

As noções oriundas da concepção de língua como espaço do heterogêneo encontram respaldo nos estudos da linguagem que consideram o linguístico e o social como constitutivos e acabam influenciando, hoje, na elaboração de instrumentos linguísticos como as gramáticas nas quais podemos encontrar exemplos e concepções de língua que levam em conta a presença das variedades. Há diferentes perspectivas teóricas que já trabalham com a possibilidade do “diferente” fazer parte do “mesmo”, da heterogeneidade ser constitutiva daquilo que aparentemente é da ordem do homogêneo. Dentre estas perspectivas, destacamos a do materialismo histórico, numa abordagem discursivista.

As noções que abordaremos no presente trabalho são concebidas sob a perspectiva da Análise de Discurso<sup>1</sup>, doravante AD, tal como ela é desenvolvida atualmente, concebida como colada ao dispositivo metodológico mobilizado nas análises.

Nesse sentido, o modo como o sujeito gramático define o termo língua em sua obra nos suscita interesse, bem como as possíveis implicações que essas definições apresentam. Elegemos algumas sequências discursivas (SDs) recortadas do texto de Introdução da *Gramática Normativa da*

<sup>1</sup> Tomamos aqui as acepções da Análise de Discurso de Linha Francesa, fundada por Michel Pêcheux, e atualmente desenvolvida por Eni Orlandi (e outros) no Brasil.

*Língua Portuguesa*, de Carlos Henrique da Rocha Lima, que materializam o imaginário do gramático sobre a língua e revelam os lugares de onde esse sujeito fala (esta discussão é uma das partes constitutivas de nossa dissertação, intitulada *Gramática Normativa: movimentos e funcionamentos do “diferente” no “mesmo”*, desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Letras, na área de Estudos Linguísticos, da Universidade Federal de Santa Maria, sob orientação da Profa. Dr. Verli Petri.).

### *Sobre a noção de gramática*

Em nossas discussões, a gramática é tomada como a tratam Sylvain Auroux (*A revolução tecnológica da gramatização*, 1992) e Eni Orlandi (*Política linguística no Brasil*, 2007), respectivamente, é um instrumento linguístico, um objeto histórico e constitui um lugar de construção e representação da unidade e da identidade nacional.

Compreendemos também que a gramática é uma materialidade discursiva e que “conhecer uma língua não é apenas conhecer as formas engendradas pela gramática, mas também o valor social atribuído a elas.” (ORLANDI, E. P. *A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso*, 1987, p. 102). Nessa perspectiva, a gramática de uma língua constitui-se em um projeto que visa a dar unicidade e identidade a um conjunto heterogêneo, privilegiando, pelo menos, dois aspectos: o sujeito falante e o Estado-Nação que o representa e que é representado nele.

### *Sobre a noção de língua*

Concebemos a língua no mundo, como as maneiras de significar e não com a língua enquanto sistema fechado. Levamos em conta o homem na sua história, considerando as condições de produção da linguagem e que a linguagem, como afirma insistentemente Eni Orlandi, não é transparente. A perspectiva discursivista, a qual nos filiamos, objetiva compreender como um objeto simbólico produz sentidos, como ele está investido de significância para os sujeitos que são heterogêneos e multifacetados.

Como leitor de vários linguistas, Michel Pêcheux retoma e ressignifica alguns conceitos que serão fundamentais para a teoria que propõe. O autor reconhece que o corte epistemológico proposto por Saussure foi necessário para marcar a fundação da Linguística como ciência, mas não aceita a dicotomia língua/fala, em que o segundo termo é excluído, justamente por ver que está na fala, como manifestação intersubjetiva, a potencialidade dos estudos da linguagem e que língua e discurso são constitutivos. Segundo Mالدیدیر (*A inquietação do discurso*, 2003), o discurso produzido por Pêcheux não invoca a superação da dicotomia língua/fala, pois para ele, Saussure é o ponto de origem da ciência linguística e o deslocamento proposto da função para o funcionamento da língua é “um adquirido científico irreversível.” (p.22)

Para Ferreira,

É bem conhecido dos analistas de discurso o deslocamento operado na passagem do conceito saussuriano de função para funcionamento das línguas, ultrapassando, assim, os limites estritos do linguístico e permitindo a descrição da materialidade específica da língua. Além disso, para a concepção discursiva de língua, a noção de sistema foi decisiva, ao contribuir para desvincular a reflexão sobre a linguagem das evidências empíricas e afastá-la da influência dominante do sujeito psicológico (*Saussure, Chomsky, Pêcheux: a metáfora geométrica do dentro/fora da língua*, 1999, p. 128).

Em uma releitura de Pêcheux, Gregolin (*Michel Pêcheux e a história epistemológica da linguística*, 2005) diz que para o autor, o que há de primordial na doutrina saussuriana é o fato de ela propor que a linguagem é sempre um objeto duplo, ou seja, a linguagem oscila entre a “felicidade pela simetria”<sup>2</sup> e o “drama da abertura de cada palavra”<sup>3</sup>. Esse reconhecimento de dualidade da língua traz consequências metodológicas, pois nas palavras de Pêcheux é preciso pensá-la como um corpo atravessado por falhas.

Para Orlandi (*Língua braileira e outras histórias*, 2009), a língua, sob o olhar do discurso, não é um sistema perfeito, nem uma unidade fechada, a língua, sim, é sujeita a falhas e é afetada pela incompletude. Logo, falha e incompletude não são defeitos, são antes constitutivas da língua em sua materialidade. Não queremos estabelecer uma relação meramente opositiva e direta entre qualidade e defeito, pois se fosse assim nos interessaríamos somente pelos defeitos da língua, sobre o que vem sendo taxado de “erro”, mas quando nos entrelaçamos à teoria do discurso, nossas leituras coadunam com a perspectiva da diferença, da mudança, do equívoco serem o lugar do possível na língua.

É nesse sentido que a AD nos traz outros modos de pensar e de definir a língua, ou línguas. Línguas, porque a língua se movimenta e funciona, e é por esse movimento e funcionamento que se pode perceber a presença de uma língua limitada, regrada, fechada, pura e dita perfeita, e a presença de outra língua “ilimitada, desregrada, aberta, profana e imperfeita”. Nas palavras de Orlandi (2009), estamos tratando de língua imaginária e língua fluida, uma relação tensa e contraditória, da qual falaremos na sequência.

### *Investindo nas análises de concepção de língua*

Para constituir nosso *corpus* de análise, tomamos como materialidade linguística a *Introdução da Gramática Normativa da Língua Portuguesa*, de Carlos Henrique da Rocha Lima.

Ao longo do texto introdutório são elencadas definições de língua que materializam o imaginário do gramático sobre a língua e revelam os lugares de onde esse sujeito fala. As definições foram recortadas em sequências discursivas (SD) apresentadas a seguir:

<sup>2</sup> “Jakobson e seus trabalhos sobre embreadores.” (GREGOLIN, 2005, p.106)

<sup>3</sup> “Benveniste e suas análises sobre os pronomes pessoais, os tempos verbais etc.” (GREGOLIN, 2005, p.106)

**Sd 1** – *A LÍNGUA é um sistema: um conjunto organizado e opositivo de relações, adotado por determinada sociedade para permitir o exercício da linguagem entre os homens.*

**Sd 2** – *Fato social por excelência, é aquele acervo de sons, estruturas vocabulares e processos sintáticos que a sociedade põe à disposição dos membros de uma comunidade linguística.*

Na **Sd 1** temos uma concepção de língua construída a partir de uma definição estruturalista, bem como na **Sd 2**, quando o autor a apresenta como um fato social por excelência. A **Sd 1** é acionada por um conjunto de termos que merecem atenção e nos ajudam a compreender a filiação da formação discursiva de língua como sistema organizado e opositivo de relações.

Esse sistema organizado de relações, remete-nos à noção de relações sintagmáticas. Saussure (1995) argumenta que, de um lado, no discurso, os termos estabelecem entre si, em virtude de seu encaideamento, relações baseadas no caráter linear da língua, que exclui a possibilidade de pronunciar dois elementos ao mesmo tempo. A noção de sintagma aplica-se aos grupos de palavras, palavras-compostas, derivadas, membros de frase, frases inteiras.

Quanto ao sistema opositivo de relações, ocorre a remissão à noção de relações paradigmáticas. O autor diz que fora do discurso, as palavras que oferecem algo em comum se associam na memória e assim se formam grupos dentro dos quais imperam relações muito diversas. Assim, enquanto um sintagma suscita a idéia de uma ordem de sucessão e de um número determinado de elementos, a relação paradigmática não se apresenta nem em número, nem numa ordem determinada. (SAUSSURE, 1995)

Na sequência, podemos relacionar a **Sd 2** às características de mutabilidade e imutabilidade previstas por Saussure. Ao discorrer sobre o caráter imutável do signo, afirma-se que a língua é um produto herdado de gerações anteriores, que o único objeto real da Linguística é a vida normal e regular de um idioma já constituído e que os falantes de um idioma geralmente não têm consciência das leis da língua (cada povo está satisfeito com a língua que recebeu). Dado seu caráter arbitrário, o signo é então imposto à massa falante que tem de aceitá-lo e dar-lhe continuidade, a lei da tradição. Cada língua é composta por um imensa gama de signos e é um sistema de caráter bastante complexo. Além disso, a língua é usada individualmente por sujeitos inseridos em massa que tende a conservar a língua, numa forma de inércia coletiva.

Por outro lado, o signo também caracteriza-se por ser mutável. O tempo, que assegura a continuidade da língua, também é o responsável pelas alterações dos signos. “O signo está em condições de alterar-se porque se continua.” (p.89) Chama-se a atenção para o fato de que as alterações que ocorrem levam sempre a um deslocamento da relação entre o significado e o significante e que a língua é incapaz de se defender dos fatores que deslocam a relação entre o significante e o significado, em função da arbitrariedade. Juntamente com as características anteriormente apresentadas, isso mostra a complexidade da língua em termos de evolução: a língua

está situada na massa e no tempo, a massa a conserva e o tempo a transforma. Assim, a continuidade do signo no tempo (imutabilidade) ligada à sua alteração (mutabilidade) é um princípio da Semiologia geral.

Assim, em consonância ao que foi exposto, apresentamos o seguinte recorte para, também, justificar a mobilização das noções de mutável e imutável:

Sem embargo de se prestar à floração de mil estilos individuais, a língua não se desfigura: seu sistema permanece uno e íntegro. É a variedade na unidade – a preservação histórica do seu gênio, da sua índole, à qual se hão de adaptar todas as particularizações. (ROCHA LIMA, 1991, p.5)

Os termos *preservação histórica*, *uno*, *íntegro* e *unidade*, remetem-nos à noção de imutável; enquanto os termos *estilos*, *variedade* e *adaptar todas as particularizações*, remetem-nos a noção de mutável.

Segundo Gadet e Pêcheux (*A língua inatingível*, 2004), Saussure constitui, direta ou indiretamente, a pedra de toque de todas as escolas linguísticas atuais e “qualquer apresentação da teoria saussuriana já é um posicionamento e um partidarismo em relação às condições históricas de cientificidade da linguística” (p.56). De fato, em se tratando de Linguística no século XX, não há como não observar a presença constante dos trabalhos de Saussure, representante basilar do estruturalismo linguístico, conforme podemos identificar via análises.

Dos anos que estão no entorno da década de 1960, segundo Altman (*A pesquisa linguística no Brasil*, 1998, p. 117-125), ocorre

[...] uma das mais importantes mudanças detectadas nos estudos linguísticos no Brasil [...] foi a procura de um embasamento teórico e metodológico em outros referenciais que não aqueles advindos da tradição filológico-portuguesa. Os estudos linguísticos efetuados no Brasil passaram a clamar por um outro estatuto de cientificidade após a introdução, ainda que tardia e descontínua, do estruturalismo.

Partindo da afirmação de Altman, vamos explorar a hipótese de que então o estruturalismo (enquanto corrente de pensamento) sustenta produção e garantindo a circulação da GNLP. Embora não se possa descartar as ressonâncias de um processo anterior que nos remete ao gramatical ligado à filologia, percebe-se já, no início da segunda metade do século XX, a entrada dos saberes próprios à Ciência Linguística no trabalho de professores, estudiosos da linguagem e gramáticos.

Nesse sentido, Rocha Lima, ao estar imbuído da atmosfera da época, produz a Gramática Normativa da Língua Portuguesa, 1957, marcadamente influenciado por pressupostos estruturalistas da gramática normativa do português? O autor deixa em segundo plano os pressupostos histórico-comparatistas da gramática expositiva? Essas questões não estão postas aqui para serem respondidas, mas para suscitar mais reflexões.

Também podemos contar também com o que nos diz Luiz Francisco Dias (2009)<sup>4</sup>, em seu texto “A gramática no período JK”. Segundo o autor, a GNLP, bem como outras gramáticas produzidas na época, participou de um momento importante no quadro histórico de produção de gramáticas no Brasil, pois se corporificou nela o rompimento com uma perspectiva de abordagem da língua do tipo avaliativa. Assim, nas décadas de 50 e 60 do século XX, o gramático apresenta a língua como capaz de indicar, tanto as ocorrências legitimadas pelos usos gerais, quanto as ocorrências legitimadas pelos usos específicos (próprios da língua padrão).

Esse era o momento, conforme Dias (2009), de sair do empirismo para se construir uma gramática moderna e

[...] produzir uma gramática moderna significava construir uma evidência para as ocorrências usuais da língua portuguesa no Brasil. A saída do empirismo significava, pelo menos em certa medida, a rejeição dos modos de conceber fatos linguísticos pela singularidade dos olhares do gramático. (p.7-8)

Arriscamos a refletir que a obra, objeto de estudo deste trabalho, reforça o que já bem dizia Auroux (1992), que a gramática não é uma simples descrição da linguagem natural. Enquanto objetos históricos, as gramáticas são observatórios que nos revelam nuances de história, de sociedade, de sujeitos, e para esta análise, podemos perceber no discurso da gramática normativa que Rocha Lima não era indiferente aos trabalhos produzidos em termos de linguística e que as noções propostas por Saussure, especialmente no Curso de Linguística Geral, ressoam na gramática em análise.

---

<sup>4</sup> DIAS, Luiz Francisco. A gramática no período JK. In: MARIANI, B.S. **Estudos da linguagem no período JK** (prov). Rio de Janeiro, 2009 (no prelo).